



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO Nº 00030633/2020

ESPÉCIE

PAGAMENTO

DATA

30/12/2020 11:48

NRº DOC DE ORIGEM: MEMO Nº 1300/2020

INTERESSADO: HOSPITAL SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA

SETOR DE ORIGEM: DERE

DOCUMENTOS ANEXADOS: 1) MEMO Nº 1300/2020 2) PARECER Nº 3320/2020 - NCI 3) LIQUIDAÇÃO 4) EMPENHO 23244 5) ORDEM DE CREDITO 5564

ASSUNTO: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 004/2016.

INFORMAÇÕES DO INTERESSADO

ENDEREÇO: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO

Nº 868

BAIRRO: UMARIZAL

UF: PA

CEP: 66050160

CIDADE: BELEM

COMPLEMENTO: JOAO BALBI E BOAVENTURA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Protocolado em 30/12/2020 11:48

POR

ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00030633/2020

Encaminhamentos (Tramitações)

Data: 30/12/2020 13:38 Tramitador por: DEBORA PAULA LUCAS LIMA Para: FMS / PRESTADOR IVALDO/SESMA
IVALDO DA COSTA DA CUNHA - PRESTADOR Data de Recebimento:30/12/2020 13:38
Despacho: Para providências

Data: 30/12/2020 13:31 Tramitador por: EDER DE JESUS FERREIRA Para: DEAD/SESMA
DEBORA PAULA LUCAS LIMA Data de Recebimento:30/12/2020 13:37
Despacho: Para providências cabíveis

Data: 30/12/2020 11:49 Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO Para: CONTROLE INTERNO/SESMA
MARCELO DE JESUS CORREA FERREIRA Data de Recebimento:30/12/2020 12:51
Despacho: Encaminhamos Nota Fiscal referente ao décimo terceiro termo aditivo do convênio 004/2016.

Data: 30/12/2020 11:48 Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO Para: DERE / DIREÇÃO/SESMA
ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA Data de Recebimento:30/12/2020 11:48
Despacho: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 004/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO

Memor. Nº 1300/2016 DETERMINAÇÃO

Portaria 29 de Dezembro de 2016

Ao CONTROLADOR INTERNO/SESMIA.


Ass: Paulo de Jesus Ferreira

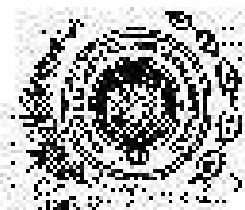
Senhor Coordenador,

Encarregamos Nota Fiscal de Hospital D. Luiz I. referente ao Decimo Terceiro Termo Aditivo do Convênio nº 004/2016, conforme abaixo especificando.

| Nota Nº | Referência | Convênio Nº | Valor R\$ |
|---------|---------------------------------------|-------------|------------|
| 9279 | Ref. Ao Decimo Terceiro Termo Aditivo | 004/2016 | 660.500,00 |

Atenciosamente,


ANA CAROLINA CARDOSO BEZERRA
Diretora do Departamento de Regulação da SESMIA
DIRETORIA: 5179-1911/EM



Beneficência Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará
HOSPITAL D. LUIZ I

CNPJ nº 04.928.478/0001-81

Av. Gen. Deodoro 855 - Umarizal - Belém-PA, CEP: 66065-040

Fone: (48) 3215-4404 Fax: (48) 3212-0967

e-mail: contabilidade@bpm.org.br

CT HRP - 104 / 2020

Belém, 29 de Dezembro de 2020

An

DEDEC - Departamento de Regulação,

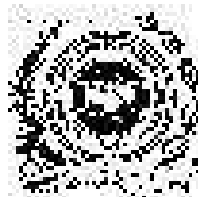
Av. da Governador João Malheiro, 2825 - São Braz

Prezados Senhores,

Estamos enviando em anexo, as Notas Fiscais abaixo relacionadas.

| RPNF | VALOR | ESPEC. |
|-------|----------------|---|
| 8379 | R\$ 960.000,00 | CONVÊNIO 001/2016 DO 1.º TERMO ADITIVO |
| TOTAL | R\$ 960.000,00 | |

Atenciosamente,
PELA GERÊNCIA GERAL
COP



Benevolência Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará
HOSPITAL D. LUIZ I

C.G.C.: 04.928.470/0001-57

Av. Gen. Francisco Bressa - Jussara - Belém-PA CEP: 66055-240

Fone: 01 32454587 Fax: 01-3220-8107 e-mail: h.dluiz1@benevolencia.org.br

RECIBO

R\$ 960.000,00

Recebemos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** a importância de
R\$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais) em dinheiro em espécie, a favor do **HOSPITAL D. LUIZ I**
Terceira Adição.

Belém (PA) 29 de Dezembro de 2020.



Carlos Silva
Diretor Geral
Hospital D. Luiz I

Banco 110 - Caixa Econômica Federal

Ag. 4251

C/C 16.741

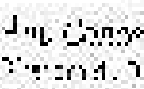
OP: 000

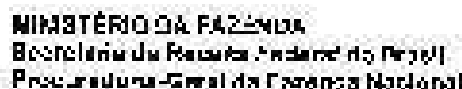

Caro Sr. Carlos Silva,

Em 29/12/2020,

foi realizado o depósito em nome do Hospital D. Luiz I.

Atenciosamente,


Caro Sr. Carlos Silva,
Diretor do Departamento de Registro
do Hospital D. Luiz I,
Belém, 29/12/2020.



Nome: BENEFICENTE SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA
CNPJ: 04.930.880/0001-61

• também oferece administração pela Secretaria de Gestão Pessoal do Exército (SGPE), com edital de abertura em 2010, com limite de até 10% de vagas, de 20 de março de 2009. O Exército Brasileiro Nacional (EBN) em 2009, no mesmo período, também abriu uma seleção de jovens com base de certificação da qualificação. Nesse caso, também em parceria com

Содержание: введение, 17% и 30% до 57%, 10% до 100% (100% — это максимум, который может быть достигнут).

4. *Desenvolva o seu currículo, com o máximo de detalhes. A experiência em que possui desde no início, até os conhecimentos que hoje possui, em cada uma das áreas de atuação.*

[illegible]

SERVÍCIO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO DE REGISTRAMENTO DE SAQUE À RENDA TRIBUTÁRIA

Nome: FEMTAVELIA SOCIEDADE PORTUGUESA DE INVESTIMENTOS PARA
Investição Futura: NÃO COINCIDE
CNPJ: 01.913.199/0001-91

Resolvido o direito de a Fazenda Pública Paraguarizar sobre a posse, as dívidas de responsabilidade dos órgãos públicos, bem como a ser opostas, e confirmado que UONSTAND, não possui dívidas pendentes em seu nome, cujo exatidão está suspensa, relativamente aos atos administrativos pela Secretaria Fazenda, em decorrência da Fazenda, da natureza tributária, conforme a Secretaria de Fazenda.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto nº 2.473, de 27 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa nº 0019, de 3 de outubro de 2006, com as mesmas alterações da Certidão Negativa e somente a produção de efeitos, e a informação de sua atual situação, em conformidade, no Portal de Serviços da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, no endereço eletrônico www.sefaz.pa.gov.br.

Emitida em: 10/25/2016 às 10:15:03

Válida até: 02/05/2021

Número da Certidão: 02050080742915-2

Código de Controle de Autenticidade: 473AF84F7067A753116110061200A2d

Observação:

Nos termos de legislação pertinente a presente Certidão poderá ser objeto de contestação, por meio de recurso, no prazo de 30 dias, contado da data de emissão, para ser analisado e julgado pelo órgão competente, sob pena de nulidade, e a presente Certidão não poderá ser utilizada para fins de comprovação de qualquer ato administrativo.

A validade da certidão será efetuada de ofício, devendo ser informada publicamente, na forma de consulta pública, no endereço eletrônico www.sefaz.pa.gov.br.

Válida em todo o território paraguaio

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE NARÉ
RUA JOAQUIM DE ALMEIDA, 100 - JARDIM JOVEM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

Protocolo nº 000621-1/2020

Contribuinte: REPERERITA SOC DE NEH FOR: 30 PARA
CPF/CNPJ: 04.929.471/0001-81
Inscrição Mobiliária:
Inscrição: 014/34383/24/01/0111-1/0111-001-06 (PRÓPRIA)
Endereço: AV GENIO DEODORO, 598 - NAZARÉ

Inscrições: 01 - Alvará de Crédito: 01/01/2020 - 01/01/2020

Respeitando o direito da Prefeitura Municipal cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidades do contribuinte anteriormente identificado que visem a sanção, a certidão que não constam débitos em seu nome, relativos a tributos, créditos e obrigações administrativas pela Prefeitura Municipal de Nazaré.

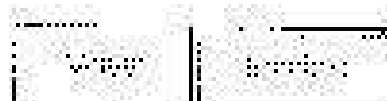
Cadastre emitido às 13:25 horas do dia 13/10/2020 com validade (anulação)
Número 1100200901435566 N, de 31 de dezembro de 2009.

Validade: 180 (cento e oitenta) dia(s)

Código de Controle de Certidão: 0592.0008-ENH-20090566

Atenção: Qualquer alteração ou rasura invalidará este documento sendo nulas e válidas quando verificada sua autenticidade no site www.nazare.ma.gov.br.

ESTA CERTIDÃO NÃO ABRANGE OUTRAS INSCRIÇÕES, NÃO TENDO
VALIDADE PARA LICITAÇÃO E INVENTÁRIO



Certificado de Regularidade do FGTS - CRR

Inscrição: 17.904.479/0001-00

Razão Social: CONSTRITA CONSTRUTORA E OBRAS BENEFICENTE DO BRASIL

Endereço: AV CARLOS CALISTO DEODORO, 108 - JARDIM PAZ - JARDIM PAZ - SÃO PAULO - SP

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 9º, da Lei 00.153, de 11 de maio de 1990, certifica que, esta CRR, a empresa acima mencionada encontra-se em situação regular quanto à Faltas de Contribuição do Tempo de Serviço - FGT5.

O presente Certificado não se vincula para a cobertura de quaisquer débitos referentes a contribuições ou encargos sociais, decorrentes das obrigações previstas na FGT5.

Validades: 11/12/2020 a 03/01/2021

Certificação Número: 21/20111164/0001935326

Emissão efetiva em: 11/12/2020 16:54:02

A certificação pode ser verificada em linha no site da Caixa Econômica Federal, condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: **BRUNO LUIZ DA SILVA FORTES BENEFICIÁRIO DO FAVIA IMPLANTADA**

CPF: **04.532.475/0001-81**

Certidão nº: **27573510/2020**

Expedição: **27/10/2020 às 11:48:04**

Validade: **31/04/2021** - 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua expedição.

Certifico de que **BRUNO LUIZ DA SILVA FORTES BENEFICIÁRIO DO FAVIA IMPLANTADA** (inscrição em CNPJ nº 04.532.475/0001-81, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas).

Certidão emitida com base no art. 842 A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 9 de junho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 da Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados aqui apresentados são de responsabilidade dos titulares do trabalho e de seus responsáveis e não são vinculados automaticamente à data de sua expedição.

No caso de prisão judicial, a certidão deverá ser entregue imediatamente a todos os seus estabelecimentos, órgãos ou filiais.

A certidão desta certidão condiciona a validade da sua autenticidade ao portal do Tribunal Superior do Trabalho e ao portal do www.tst.jus.br.

Certidão emitida gratuitamente.

ATENÇÃO IMPORTANTE

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas possui as bases necessárias à identificação das pessoas naturais e jurídicas insistentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em decisão judicial trabalhista, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, e honorários, e custos e emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei ou decretos ou em acordos de acordo firmado perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

DECÍMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 004/2016 - SESMA/PMJB

DECÍMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 004/2016 - (PMJB/2016) - Estado do Piauí - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA/PMJB E A IDENTIFICADA SOCIEDADE BENEFICENTE PRIORITÁRIA DO PARÁ, COMPOSTA POR SEUS SOCIOS.

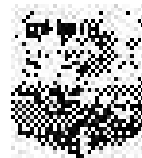
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA, com sede na Av. Governador José Malhada, 2521 Terceira Av. Almirante Barroso e Av. José Honório, Paróquia São José, Belém-PA, CEP: 66.050-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.977.818/0001-17, neste ato representada por seu representante legal, SR. RENATO RIBESNO CAVALCANTE DE MELLO, brasileiro, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.875.972-53, residente e domiciliado nesta capital, residente e domiciliado nesta capital, sua denominação CONVENIENTE, e a BENEFICENTE SOCIEDADE BENEFICENTE PRIORITÁRIA DO PARÁ, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Avenida Generalíssimo Deodoro nº 808, CEP: 66055-210, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 04.928.179/0001-81, com sede na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 808, Bairro Deodoro, CEP: 66055-210, Belém-PA, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente SR. ALDIRIO JOSÉ DUARTE GONÇALVES, português, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Belém, TV. F. 10.020.1435 apto. 201 - Bairro Marco, CEP: 66060-140, Belém-PA, portador de RG 1870695, e da CPF nº 210.234.115-53 e sua vice-presidente SRA. REGINA LÚCIA FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na cidade de Belém à TV. Quarenta e Nove, 1899 Av. 001 - Condomínio Residencial Constanza - Bairro: Centro, CEP: 66055-900, Estado do Pará, portadora do RG 7607799 e de CPF nº 116.293.202-54, tendo em vista que dispõe as Portarias GM/MS nº 3.410/2011, GM/MS nº 1.034/2010, GM/MS nº 2.055/2013, GM/MS nº 6.000/2013 e a SASMS nº 1.224/2014, GM/MS nº 3.360/2010, GM/MS nº 3.487/2010, Art. 19º, §1º e Art. 6º da Lei nº 8.080/90 e nº 8.069/93, e a Lei Complementar nº 010/00 e o Decreto nº 6.798/07 resolvem de comum acordo, celebrar o DECÍMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 004/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Termo Aditivo tem fundamento no art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como os termos do Convênio nº 004/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO ADITIVO

2.1 - Em atenção à solicitação de DELIBERAÇÃO, o presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da manutenção no uso dos 40 (quarenta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Tipo II (UTI Adulta) para enfrentamento da COVID-19 na execução do Convênio nº 004/2016, pelo período de 60 (sessenta) dias.



2.2 No que se refere a programação na utilização das 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva tipo II (UTI Adulta) para enfrentamento do COVID-19 tem-se que o contrato tem previsão de duração no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais), conforme informado pelo DITEC, correspondente ao adiantamento de aproximadamente 1,58% (um vigula oitenta e oito por cento), considerando-se que o valor global atualizado do Técnico Seguro Terceiro Adulto na Unidade de R\$ 51.756.440,00 (Cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos).

2.3 Em razão do adiantamento, tem-se que o valor global atualizado do pré e pós fixado por ocasião da presente convenção 2020/2021 passou a ser composto de R\$ 51.716.440,00 (Cinquenta e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos);

CAUSA TERCEIRA DA DOY 40.441.000.2020/2021

3.1 De acordo referentes ao presente Termo Aditivo são obrigados de acordo com as seguintes obrigações orçamentárias:

Programa Programática: 2.09.22.10.122.6001.2076

Fonte: 12.14.01.05.000

Elemento de Despesa: 33.90.19

CLÁUSULA QUARTA DA PUBLICAÇÃO DO PRECISO AO TCM

4.1 O presente Termo Aditivo, após ser lido e assinado pelas partes, será publicado resumidamente no Diário Oficial do Município de Delfim, para que tenha ciência, nos justos termos do art. 6º, parágrafo Único da Lei Federal nº 5.666/92 e cadastrado por o TCM conforme a Instrução Normativa nº 647/03/TCM-PA.

CLÁUSULA QUINTA DA RESOLUÇÃO DO TCM

5.1 Ficam mantidas e ratificadas, em sua totalidade, todas as demais cláusulas e condições da Convenção das Adições ora modificadas por meio instrumentar.

RENATO BRUNO

CAVALCANTE DE

MELO:52807797253

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESMA

RENATO BRUNO CAVALCANTE DE MELO

VENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA

INEFICIENTE DO PA:04928479000181

ATERROUSÉ DE ARTE GUAÇALVES

VENEMERITA SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA DO PARÁ

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente em 23 de dezembro de 2020.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 3320/2020 – NCI/SESMA

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO - DERE.

FINALIDADE: Manifestação quanto ao pagamento do prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

DOS FATOS:

Chegou a este Núcleo de Controle Interno para manifestação, o Processo Administrativo nº 30633/2020 - GDOC, encaminhado pelo Departamento de Regulação/SESMA, referente ao pagamento do prestador da Rede SUS quanto ao Décimo Terceiro Termo Aditivo.

DA LEGISLAÇÃO:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000.

Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 95.571-PMB, 03 de fevereiro de 2020.

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra “b” e “c” do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

A análise em tela, do pagamento dos valores do prestador de serviços da rede SUS, BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I quanto ao Décimo Terceiro Termo Aditivo, ficará estritamente dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93 e demais aplicadas ao assunto, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos Legais:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

(...)

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”.

LEI Nº 8.666/93

(...)

“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”

(...)

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II- Prova de inscrição no cadastro do contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV – Prova de regularidade relativa à seguridade Social e ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei”.

(...)

DECRETO Nº 95.571 - PMB, 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

“Art. 3º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas para racionalização, controle orçamentário e financeiro das despesas classificadas no Grupo de Despesa “Outras Despesas Correntes”:

(...)

III – Condicionar o pagamento de credores à apresentação de todas as certidões negativas de débitos municipais (mobiliária e Imobiliária) estaduais e federais, se o for o caso, de quaisquer naturezas, ficando o Gestor responsável em cumprir essa obrigação;”.

DA ANÁLISE:

O presente processo administrativo refere-se ao pedido, efetuado pela Diretora do Departamento de Regulação – DERE de pagamento do prestador de serviços da Rede SUS, BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, quanto ao Décimo Terceiro Termo Aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

1 – Consta nos autos: MEMO: 1300/2020 – DERE/SMS/SUS e encaminhamento das Notas Fiscais através do CT HBP – 104/2020, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 9279 da BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, devidamente atestadas com os recibos, bem como, os documentos de regularidades fiscal e trabalhista.

2 – Primeiramente vamos destacar a obrigatoriedade quanto à realização de licitação. A licitação é uma aplicação concreta do princípio da igualdade, o qual, na Constituição Federal é descrito como um dos direitos e garantias fundamentais. Decorre diretamente da Carta Magna o dever de licitar, em seu art. 37, inciso XXI. Portanto considerando que a licitação é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público, mediante critérios preestabelecidos, isonômicos e públicos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um ato jurídico. Em síntese, é um procedimento que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública e tem por finalidade buscar a melhor proposta, estimulando a competitividade entre os potenciais contratados, e, oferecer iguais condições a todos que queiram contratar com a Administração. Se por um lado licitar se constitui em um dever do administrador público, por outro, não menos importante, se torna também uma garantia para os administrados, especialmente para os licitantes. Portanto, a licitação é sinônima de um legítimo instrumento de gestão pública proba, eficiente e transparente.

3 – No caso concreto observa-se que foi celebrado o Convênio nº 004/2016 com o prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, o presente convênio tem por objeto integrar o HOSPITAL no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde, na qual o mesmo está inserido, conforme o Plano Operativo Anual definido entre as partes, instrumento este integrante deste Convênio. Portanto as notas em comento, são referentes aos serviços prestados por prestador devidamente contratado em observâncias aos preceitos legais dentre elas em observância ao que disciplina a Portaria nº 1.119, de 23 de Setembro de 2018, em seus Arts. 1º e 3º, que tratam da inserção da informação de formalização de contratos entre os estabelecimentos de saúde e o gestor de saúde para prestação de serviços no âmbito do SUS e que os gestores terão o prazo de 03 (ter) competências para a implementação das alterações.

4 – Considerando que os serviços foram prestados pela empresa com a devida cobertura contratual, como observado nos documentos acostados nos autos, quanto ao Décimo Terceiro Termo Aditivo no valor total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).

5 – Vale ressaltar que os documentos fiscais ora apresentados pela empresa foram devidamente atestados pela Diretora do Departamento de Regulação - DERE, logo pressupõe que de fato os serviços foram prestados a esta Secretaria. Pois sabemos que servidor público tem boa fé. Nesse sentido, desponta a Lei nº 9.784/99, que tornou realidade, em nível infraconstitucional, a boa fé objetiva, seja prevendo-a como regra de conduta para a Administração no processo administrativo (art. 2º, parágrafo único, IV), seja estipulando-a como dever de atuação dos administradores (art. 4º, II)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO**

6 – Vale destacar que foram localizadas nos autos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, em obediência ao que dispõe o Decreto nº 95.571-PMB, de 03 de fevereiro de 2020, e em observância ao artigo 29, incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93. Verificamos que a Certidão de Regularidade Fiscal Junto a Fazenda Municipal encontra-se vencida, no entanto localizamos no autos o protocolo de Regularização junto ao órgão, portanto necessita ser atualizada.

7 – Diante do exposto, este núcleo de Controle Interno tem a concluir que:

CONCLUSÃO:

No transcorrer dos trabalhos de análise do Processo em referência, conclui-se, sinteticamente, que o pagamento, das Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 9279 do prestador **BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, ENCONTRA AMPARO LEGAL.**

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 4.320/64, da Lei nº 8.429/99 e da Lei Complementar nº 101/2000, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que é possível o pagamento, com a **RESSALVA** apresentada na manifestação:

MANIFESTA-SE:

- a) Que o Fundo Municipal se manifeste sobre a existência de dotação orçamentária para pagamento das despesas;
- b) Constatada a disponibilidade orçamentária, nos manifestamos pela possibilidade de pagamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 9279, do prestador **BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.**

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 30 de dezembro de 2020.

MARCELO DE JESUS CORREA FERREIRA
Administrador – NCI/SESMA

De acordo. À elevada apreciação Superior.

ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO
Coordenador do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

CNPJ: 07.917.818.0001-12

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

TRAVESSA, Travessa do Chaco, Nº 2.086 - MARCO BELÉM - PA

Nota de Liquidação Nº 1 / 2020 - Data:30/12/2020 Empenho Nº 23.244 / 2020 - Tipo G – Global

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**
Nome Fantasia : **HOSPITAL DOM LUIZ I**
Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,
Bairro : UMARIZAL
CEP : 66055240 BELEM-PA
CNPJ/CPF : 04.928.479/0001-81
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência: 4251-0 - JOSE MALCHER Conta Corrente: 107-5 - CONTA NOVA PRESTADOR SUS EMPRESARIAL

Orgão: 2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Conta C. Gráfica: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Conta C. Arrecadadora: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Projeto Atividade: 2.09.22.10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19

Nat. Despesa: 3390393600.1214010500 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL

Resumo da Despesa

| Vlr. Despesa | Vlr. Estornado | Vlr.Liquidado | Vlr. Consignado | Vlr. Pago | Saldo à Pagar | Saldo à Liquidar |
|--------------|----------------|---------------|-----------------|------------|---------------|------------------|
| 960.000,00 | 0,00 | 960.000,00 | 0,00 | 960.000,00 | 0,00 | 0,00 |

Licitação:

Recurso: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato:

Valor :

Data :

Aditivo:

Valor :

Data :

Condição de Pagto: conf. solicitação

Prazo de Entrega :

Conf. Solicitação

Hist. Empenho: Convênio que tem por objetivo integrar o Hospital "Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará" no Sistema Único de Saúde/SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde visando à garantia da atenção integral a saúde munícipes que integram a região de saúde. O presente instrumento tem por finalidade o acréscimo de recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19, Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Tipo II (UTI Adulto). DECIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2016 – SESMA/PMB Gdoc: 18646/2020

Hist. Liquidação: Convênio que tem por objetivo integrar o Hospital "Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará" no Sistema Único de Saúde/SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde visando à garantia da atenção integral a saúde munícipes que integram a região de saúde. O presente instrumento tem por finalidade o acréscimo de recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19, Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Tipo II (UTI Adulto). DECIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2016 – SESMA/PMB Gdoc: 18646/2020

Data da Liquidação: 30/12/2020

Documentos Fiscais

| Documento | Data | Número | Vencimento | Série | VI. Liquidado | VI. Consign. | VI. Pago | Saldo Pagar |
|--------------------------|------------|--------|------------|-------|---------------|--------------|------------|-------------|
| Nota Fiscal – Eletrônica | 29/12/2020 | 9279 | 01/01/2021 | 1 | 960.000,00 | 0,00 | 960.000,00 | 0,00 |
| Totais... | | | | | 960.000,00 | 0,00 | 960.000,00 | 0,00 |

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

TRAVESSA, Travessa do Chaco, Nº 2.086 - MARCO BELÉM - PA

NOTA DE EMPENHO Nº :

023244/2020

DATA : 29/12/2020

Pagina: 1 de 1

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**

Nome Fantasia : HOSPITAL DOM LUIZ I

Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,

Bairro : UMARIZAL

CEP : 66055240

CNPJ ou CPF : 04.928.479.0001-81

BELEM -PA Fones :

Email :

| | |
|------------------------|---|
| Orgão : | 2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE |
| Unidade : | 22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| Projeto ou Atividade : | 10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 |
| Categoria Despesa : | 3390390000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte: 1214010500-SUS UNIÃO COVID19/ADM. DIRETA |

DEMONSTRATIVO DO SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| Solicitação Empenho | Tipo do Empenho | Autorizado no Ano | Saldo Anterior | Valor do Empenho | Saldo Atual |
|---------------------|-----------------|-------------------|----------------|------------------|--------------|
| 35.104/2020 -1 | G – Global | 25.161.992,85 | 2.200.056,24 | 960.000,00 | 1.240.056,24 |

| | | | | | |
|-------------|--|------------|--|---------------------|--|
| Licitação : | | Id Compra: | | Data da Licitação : | |
|-------------|--|------------|--|---------------------|--|

| | | | |
|------------|--------------------------|------------------------|--------|
| Recursos : | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | Impacto Orçamentário : | 3,82 % |
|------------|--------------------------|------------------------|--------|

| | |
|-------------------|----|
| Número Processo : | /0 |
|-------------------|----|

| | | | | | |
|--------------|--|---------|--|--------|--|
| Contrato N°: | | Valor : | | Data : | |
|--------------|--|---------|--|--------|--|

| | | |
|-------------------|---------|--------|
| Termo Aditivo N°: | Valor : | Data : |
|-------------------|---------|--------|

| | | | |
|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Condições Pagto : | conf. solicitação | Prazo de Entrega : | Conf. Solicitação |
|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|

| | |
|----------------------|--|
| Natureza da Despesa: | 3600 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL |
|----------------------|--|

| | |
|-----------------------|---|
| Destino / Histórico : | <p>Convênio que tem por objetivo integrar o Hospital "Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará" no Sistema Único de Saúde/SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde visando à garantia da atenção integral a saúde municipais que integram a região de saúde, O presente instrumento tem por finalidade o acréscimo de recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19, Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Tipo II (UTI Adulto).</p> <p>DECIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2016 – SESMA/PMB</p> <p>Gdoc: 18646/2020</p> |
|-----------------------|---|

| Cod. Item | Descrição | Marca | Unidade | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|-----------|----------------------------|-------|---------|------|----------------|-------------|
| 135 | Serviços Médico-Hospitalar | | Serviço | 1,00 | 960.000,0000 | 960.000,00 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | |
|--|-------|------------|
| | TOTAL | 960.000,00 |
|--|-------|------------|

Autorizo a despesa, observadas as formalidades legais.

BELÉM , 29 de dezembro de 2020

Ordenador da Despesa

Diretor Administrativo Financeiro

A MUNICIPAL DE BELÉM
M DE CRÉDITO - O.C.

FONTE

CORONAVIRUS- COVID / CONVENIO 004/2016 13 TERMO ADITIVO

Nº RE

2020RE84206

MUNICIPAL DE SAÚDE
L.S.A.
BLICO - BELÉM - BELEM

Co
Convê
CN

MUNICIPAL DE SAÚDE

| | Credor | Nº O.B. | Autenticação | Tipo O.B. | Banco | Agência |
|------|---|---------------|--------------|------------|-------|---------|
| 0181 | BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA | 2020OB84206-1 | | Fornecedor | 104 | 4251 |

,00
60.000,00
,00

s: 1

mil reais *****

A. a debitar na conta remetente acima o valor da presente ordem.

eiro

Orden

20:51